

Relatório de atividade e contas anuais

(Demonstrações Financeiras FAT)

2018



ASF
Autoridade de Supervisão
de Seguros e Fundos de Pensões

Ficha Técnica

Título

Relatório de atividade e contas anuais 2018

Edição

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Av. da República, n.º 76
1600-205 Lisboa
Portugal

Telefone: 21 790 31 00
asf@asf.com.pt

www.asf.com.pt

Ano de Edição: 2019

ISSN 2183-7759 (*on-line*)

N

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FAT - Fundo de Acidentes de Trabalho

FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
BALANÇO

Euros

RUBRICAS	Notas	2018	2017 (Pró-forma)
ATIVO			
<u>Ativo Não Corrente</u>			
Outros ativos financeiros	6	354 712 103	151 074 625
		354 712 103	151 074 625
<u>Ativo Corrente</u>			
Clientes, contribuintes e utentes		-	6 630
Outras contas a receber	8	13 642 960	11 611 450
Diferimentos	9	19 222	16 391
Ativos financeiros detidos para negociação	10/5	200 000 000	232 500 000
Outros ativos financeiros	6	825 196	3 896 157
Caixa e depósitos	5	18 308 312	131 846 390
		232 795 690	379 877 017
Total do Ativo		587 507 793	530 951 642
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	11	(506 802 408)	(506 802 408)
Resultados transitados	11	38 134 239	(56 647 900)
Resultado líquido do período	11	(10 060 750)	94 782 139
Total do Património Líquido		(478 728 919)	(468 668 169)
PASSIVO			
<u>Passivo Não Corrente</u>			
Provisões	12	1058 826 630	993 037 721
		1058 826 630	993 037 721
<u>Passivo Corrente</u>			
Fornecedores	13	-	234
Estado e outros entes públicos	14	87 424	110 816
Outras contas a pagar	15	7 322 657	6 471 039
		7 410 081	6 582 089
Total do Passivo		1066 236 711	999 619 810
Total do Património Líquido e Passivo		587 507 793	530 951 642

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017 (Pró-forma)
Impostos e taxas	16	93 115 908	87 360 613
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	17	1 641 706	1 790 378
Fornecimentos e serviços externos	18	(632 640)	(654 750)
Gastos com o pessoal	19	(496 959)	(422 163)
Transferências e subsídios concedidos	20	(4 169)	-
Prestações sociais	20	(40 064 412)	(39 047 013)
Provisões (aumentos/reduções)	12	(65 788 909)	39 054 247
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	6	206	-
Aumentos/reduções de justo valor	21	(566 538)	5 005 743
Outros rendimentos e ganhos	22	978	19 664
Outros gastos e perdas	23	(59 036)	(92 022)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		(12 853 863)	93 014 698
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-	-
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(12 853 863)	93 014 698
Juros e rendimentos similares obtidos	24	3 535 527	2 211 284
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		(9.318.336)	95 225 982
Imposto sobre o rendimento	7	(742 414)	(443 843)
Resultado líquido do período		(10 060 750)	94 782 139

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017 (Pró-forma)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		-	-
Recebimentos de contribuintes		92 213 848	86 858 528
Recebimentos de utentes		-	-
Recebimentos por transferência		1 641 672	1 789 378
Pagamentos a fornecedores		(662 152)	(654 958)
Pagamentos por transferência		(39 471 381)	(39 133 587)
Pagamentos ao pessoal		(451 756)	(317 756)
Caixa gerada pelas operações		53 270 232	48 541 605
Outros recebimentos/pagamentos		(542 099)	(776 183)
Outros recebimentos/pagamentos - extra orçamental		(12 732)	(14 939)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		52 715 402	47 750 484
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		(204 929 757)	(116 523 837)
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		3 750 000	3 500 000
Outros ativos		-	387 500 000
Subsídios ao investimento		-	-
Transferências de capital		-	-
Juros e rendimentos similares		2 426 277	1 455 505
Dividendos		-	44 915
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		(198 753 480)	275 976 583
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		(146 038 078)	323 727 067
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		364 346 390	40 619 323
Caixa e seus equivalentes no fim do período		218 308 312	364 346 390
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		364 346 390	40 619 323
- Equivalentes a caixa no início do período		364 346 390	40 619 323
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
= Saldo da gerência anterior		364 346 390	40 668 051
De execução orçamental		364 410 057	40 668 051
De operações de tesouraria		(63 667)	(48 728)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		218 308 312	364 346 390
- Equivalentes a Caixa no fim do período		218 308 312	364 346 390
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
= Saldo para a gerência seguinte		218 308 312	364 346 390
De execução orçamental		218 384 711	364 410 057
De operações de tesouraria		(76 399)	(63 667)

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Euros

Descrição	Notas	Património Líquido			
		Património	Resultados transitados	Resultado líquido do período	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (POCP)		(506 802 408)	(63 175 314)	2 154 305	(567 823 416)
Ajustamentos de transição (NCP) Valorização dos ativos financeiros	3	-	4 373 109	-	4 373 109
Saldo em 1 de janeiro de 2017 (NCP)		(506 802 408)	(58 802 205)	2 154 305	(563 450 307)
Alterações no Período Afetação do resultado líquido em POCP		-	2 154 305	(2 154 305)	-
Resultado Líquido do Período de 2017	3	-	-	94 782 139	94 782 139
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (NCP)		(506 802 408)	(56 647 900)	94 782 139	(468 668 169)
Alterações no Período Afetação do Resultado Líquido	3	-	94 782 139	(94 782 139)	-
Resultado Líquido do Período	11	-	-	(10 060 750)	(10 060 750)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (NCP)		(506 802 408)	38 134 239	(10 060 750)	(478 728 919)

O Contabilista Certificado

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

Fundo de Acidentes de Trabalho

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo de Acidentes de Trabalho (“Fundo” ou “FAT”) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 185/2007, de 10 de maio. Adicionalmente, encontra ainda previsão no artigo 283.º, n.º 6 do Código do Trabalho e no artigo 82.º da Lei n.º 98/2009 de 4 de setembro.

O FAT é um fundo público dotado de autonomia administrativa e financeira cuja gestão, por lei, é da responsabilidade da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), sediada na Avenida da República 76, em Lisboa.

Compete ao Fundo o seguinte:

- garantir o pagamento das prestações que forem devidas por acidentes de trabalho sempre que, por motivo de incapacidade económica objetivamente caracterizada em processo judicial de falência ou processo equivalente, ou processo de recuperação de empresa, ou por motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, não possam ser pagas pela entidade responsável;
- garantir o pagamento dos prémios do seguro de acidentes de trabalho das empresas que, no âmbito de um processo de recuperação, se encontrem impossibilitadas de o fazer;
- reembolsar as empresas de seguros dos montantes relativos às atualizações de pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por morte, derivadas de acidentes de trabalho;
- ressegurar e retroceder os riscos recusados de acidentes de trabalho.

O FAT tem sede na Avenida da República n.º 76, em Lisboa.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, foram aprovadas em Conselho de Administração da ASF na reunião de 20 de março de 2019, para envio ao Ministro das Finanças, com o parecer da Comissão de Fiscalização.

O Conselho de Administração da ASF entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Fundo, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA (“NCP”)

O Fundo adotou as Normas de Contabilidade Pública (“NCP”) pela primeira vez em 2018, aplicando, para o efeito, a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras em vigor nessa data. A data de transição é 1 de janeiro de 2017 e o Fundo preparou o seu balanço de abertura a essa data.

O Fundo alterou as demonstrações financeiras de 2017, preparadas e aprovadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública (“POCP”), de modo a que estas sejam comparáveis com as referentes a 2018.

A transição para as NCP resultou nas seguintes alterações em políticas contabilísticas:

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Ao contrário do anterior referencial contabilístico – Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), o qual previa o registo contabilístico dos ativos financeiros pelo menor montante entre o custo de aquisição e o valor mercado (através do registo de uma provisão para investimentos financeiros), com a adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (“SNC-AP”) e, em particular, ao abrigo da NCP 18 – Instrumentos Financeiros, o Fundo optou por mensurar os seus ativos financeiros pelo justo valor, sempre que negociados em mercado ativo, reconhecendo as respetivas variações na demonstração dos resultados.

Neste contexto, o Fundo desreconheceu as provisões para investimentos financeiros calculadas para registar a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado dos ativos financeiros, em conformidade com o POCP, registando a variação do justo valor dos respetivos ativos financeiros na rubrica de aumento e reduções do justo valor, na demonstração dos resultados.

Com a adoção do SNC-AP, o Fundo corrigiu na demonstração dos resultados os impactos decorrentes da alienação dos ativos financeiros. Neste sentido, contrariamente ao POCP que previa o cálculo da valia através da diferença entre o custo de aquisição e o respetivo valor de venda, de acordo com o SNC-AP o cálculo da valia corresponde à diferença entre o valor de venda e o justo valor à data.

Sinistros a reembolsar

Em conformidade com a NCP 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o Fundo optou por classificar os itens patrimoniais relacionados com reembolsos de sinistros, como ativos e passivos contingentes, respetivamente, uma vez que a sua recuperabilidade/exigibilidade é incerta e não está totalmente sob o controlo do Fundo.

Cauções entregues a terceiros

As cauções entregues a terceiros, uma vez tratando-se de operações de natureza financeira, foram reclassificadas para outros ativos financeiros de curto prazo, tendo em conta a sua maturidade.

Custos e proveitos extraordinários

As NCP não contemplam a existência de custos e proveitos extraordinários. Consequentemente, os valores anteriormente apresentados nas rubricas de resultados extraordinários na demonstração dos resultados por naturezas foram reclassificados para as rubricas operacionais correspondentes à sua natureza.

Reconciliação do património líquido em 1 de janeiro de 2017 e em 31 de dezembro de 2017:

	01-01-2017 (data de transição)	31-12-2017 (data do último relato em POCP)
Património Líquido de acordo com o anterior referencial contabilístico (POCP)	(567 823 416)	(477 296 671)
Valorização dos ativos financeiros	4 373 109	9 378 853
Desreconhecimento de provisões para investimentos financeiros ao justo valor através de resultados	-	(611 525)
Impacto nas valias decorrentes da alienação de investimentos financeiros	-	(138 825)
Ajustamento total ao património líquido	4 373 109	8 628 503
Património Líquido de acordo com as NCP	(563 450 307)	(468 668 169)

Os efeitos, no balanço em 31 de dezembro de 2017, derivados da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios contábilísticos geralmente aceites e anteriormente aplicados para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as NCP, são os seguintes:

ATIVO	31-12-2017			
	POCP	Ajustamentos de conversão para NCP	Reclassificações de conversão para NCP	NCP
Ativo Não Corrente				
Outros ativos financeiros	146 278 829	8 628 503	(3 832 708)	151 074 625
	<u>146 278 829</u>	<u>8 628 503</u>	<u>(3 832 708)</u>	<u>151 074 625</u>
Ativo Corrente				
Clientes, contribuintes e utentes	2 232 003	(2 225 373)	-	6 630
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-
Outras contas a receber	11 674 899	-	(63 449)	11 611 450
Diferimentos	16 391	-	-	16 391
Ativos financeiros detidos para negociação	232 500 000	-	-	232 500 000
Outros ativos financeiros	-	-	3 896 157	3 896 157
Caixa e depósitos	131 846 390	-	-	131 846 390
	<u>378 269 683</u>	<u>(2 225 373)</u>	<u>3 832 708</u>	<u>379 877 017</u>
Total do Ativo	<u>524 548 513</u>	<u>6 403 129</u>	<u>-</u>	<u>530 951 642</u>
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO				
Património/Capital	(506 802 408)	-	-	(506 802 408)
Resultados transitados	(61 021 008)	4 373 108	-	(56 647 900)
Resultado líquido do período	90 526 746	4 255 394	-	94 782 140
Total do Património Líquido	<u>(477 296 671)</u>	<u>8 628 503</u>	<u>-</u>	<u>(468 668 168)</u>
Passivo Não Corrente				
Provisões	993 037 721	-	-	993 037 721
	<u>993 037 721</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>993 037 721</u>
Passivo Corrente				
Fornecedores	234	-	-	234
Estado e outros entes públicos	110 816	-	-	110 816
Outras contas a pagar	8 696 412	(2 225 373)	-	6 471 039
	<u>8 807 462</u>	<u>(2 225 373)</u>	<u>-</u>	<u>6 582 089</u>
Total do Passivo	<u>1 001 845 183</u>	<u>(2 225 373)</u>	<u>-</u>	<u>999 619 810</u>
Total do Património Líquido e Passivo	<u>524 548 513</u>	<u>6 403 130</u>	<u>-</u>	<u>530 951 643</u>

Reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (comparativo):

	Exercício findo em 31-12-2017
De acordo com o anterior referencial contábilístico (POCP)	<u>90 526 746</u>
Valorização dos ativos financeiros	5 005 743
Desreconhecimento de provisões para investimentos financeiros ao justo valor através de resultados	(611 525)
Impacto nas valias decorrentes da alienação de investimentos financeiros	(138 825)
Ajustamento total	<u>4 255 393</u>
De acordo com as NCP	<u>94 782 139</u>

O efeito na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tem a seguinte composição:

31-12-2017				
	POCP	Ajustamentos de conversão para NCP	Reclassificações de conversão para NCP	NCP
Impostos e taxas	87 360 613	-	-	87 360 613
Vendas	-	-	-	-
Prestações de serviços e concessões	-	-	-	-
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	1 790 378	-	-	1 790 378
Variações nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(598 769)	-	(55 981)	(654 750)
Gastos com o pessoal	(422 163)	-	-	(422 163)
Transferências e subsídios concedidos	-	-	-	-
Prestações sociais	(39 102 994)	-	55 981	(39 047 013)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	39 583 523	(611 525)	82 249	39 054 247
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	5 005 743	-	5 005 743
Outros rendimentos e ganhos	-	(57 408)	77 072	19 664
Outros gastos e perdas	(443 843)	(81 418)	433 239	(92 022)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento	88 166 745	4 255 394	592 560	93 014 699
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	-	-	-
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	88 166 745	4 255 394	592 560	93 014 699
Juros e rendimentos similares obtidos	2 211 284	-	-	2 211 284
Juros e gastos similares suportados	(7 768)	-	7 768	-
Resultado antes de impostos	90 370 260	4 255 394	600 328	95 225 982
Custos e perdas extraordinárias	(2 836)	-	2 836	-
Proveitos e ganhos extraordinários	159 321	-	(159 321)	-
Resultado extraordinário	90 526 746	4 255 394	443 843	95 225 982
Imposto sobre o rendimento	-	-	(443 843)	(443 843)
Resultado líquido do período	90 526 746	4 255 394	-	94 782 139

No contexto da transição para as Normas de Contabilidade Pública, o mapa dos fluxos de caixa em POCP foi convertido, para efeitos comparativos no modelo do SNC-AP, atendendo que o mesmo era elaborado através da Contabilidade Orçamental e não da Contabilidade Financeira.

Os Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), emitidos pelo IGCP em moeda nacional, embora classificados como ativos financeiros, fazem parte de “Caixa e seus equivalentes” no início e fim do período, pelo facto de fazerem parte do “Saldo de gerência”, conforme recomendação do Tribunal de Contas na homologação da conta de 2015 da ASF.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Fundo, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Fundo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração da ASF concluiu que o Fundo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.2. Especialização dos exercícios

O Fundo regista os rendimentos e gastos de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

4.3. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Fundo se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCP 18 – Instrumentos Financeiros.

Os principais ativos e passivos financeiros identificáveis são os seguintes:

a) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros incluem maioritariamente títulos de rendimento fixo (obrigações de dívida pública e *corporate*) e títulos de rendimento variável (unidades de participação) e são registados ao justo valor, quando transacionados em mercados ativos, sendo as respetivas alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Quando se tratem de instrumentos financeiros que não sejam transacionados em mercados ativos, os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos financeiros registados ao custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

b) Ativos financeiros detidos para negociação

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais. Estes ativos são mensurados ao justo valor com as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

c) Caixa e depósitos

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo, vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante e que são imediatamente convertíveis em numerário.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

d) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

O FAT desreconhece ativos financeiros quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

O FAT desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

4.4. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

As fontes de receita do Fundo de Acidentes de Trabalho estão estabelecidas no Decreto-Lei n.º 142/1999, de 30 de abril (“Decreto”), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 185/2007, de 10 de maio. De acordo com o Decreto, constituem maioritariamente receitas próprias do Fundo, os montantes das contribuições que resultam:

- Da aplicação de 0,15%, a cobrar pelas empresas de seguros aos tomadores de seguros, sobre os salários considerados sempre que sejam processados prémios da modalidade “Acidentes de Trabalho”.
- Da aplicação de 0,85%, a suportar pelas empresas de seguros, sobre o capital de remição das pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de cada ano, bem como sobre o valor da provisão matemática das prestações suplementares por assistência de terceira pessoa, em pagamento à mesma data.

O rédito é reconhecido de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que é registado no momento em que é gerado independentemente do seu recebimento.

4.5. Imposto sobre o rendimento

O Fundo de Acidentes de Trabalho, enquanto pessoa coletiva de direito público, está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“CIRC”), com exceção dos rendimentos de capitais tal como são definidos para efeitos do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (“IRS”).

Segundo o disposto no n.º 5 do artigo 87.º do CIRC, relativamente ao rendimento global de entidades com sede ou direção efetiva em território português que não exerçam, a título principal, atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola, a taxa de IRC é de 21% (redação da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março).

Os rendimentos de capitais auferidos em Portugal estão sujeitos a retenção na fonte à taxa liberatória em vigor. A retenção na fonte dos rendimentos obtidos com títulos de dívida emitidos por entidades residentes segue o disposto no Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro.

A tributação dos rendimentos de capitais auferidos no estrangeiro é efetuada por via declarativa à Autoridade Tributária e Aduaneira (Declaração Modelo 22). Estes mesmos rendimentos, podem ser sujeitos a retenção na fonte, no Estado da fonte do rendimento, estando prevista, quando aplicável, a eliminação da dupla tributação internacional ao acionar a respetiva convenção ou utilizando o mecanismo do crédito por dupla tributação internacional.

A base de tributação aplicável especificamente aos títulos de dívida é apurada segundo o disposto no n.º 5 do artigo 5.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (“CIRS”), que dispõe o seguinte: “compreendem-se nos rendimentos de capitais o quantitativo dos juros contáveis desde a data do último vencimento ou da emissão, primeira colocação ou endosso, se ainda não houver ocorrido qualquer vencimento, até à data em que

ocorra alguma transmissão dos respectivos títulos, bem como a diferença, pela parte correspondente àqueles períodos, entre o valor de reembolso e o preço de emissão, no caso de títulos cuja remuneração seja constituída, total ou parcialmente, por essa diferença”.

4.6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são registadas quando o FAT tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado, e que seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.7. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data de balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*“adjusting events”* ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*“non adjusting events”* ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4.8. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estão relacionadas com a determinação das provisões matemáticas e das provisões para IBNR.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários mobilizáveis, aplicações de tesouraria no mercado monetário de prazo inferior ou igual a três meses e descobertos bancários ou equivalente que sejam parte da gestão de tesouraria do FAT. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 têm a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Numerário	784	784
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à ordem no Tesouro	18 289 596	131 745 833
Outros depósitos à ordem	17 932	99 773
	<u>18 308 312</u>	<u>131 846 390</u>
Certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC)	<u>200 000 000</u>	<u>232 500 000</u>
Total	<u>218 308 312</u>	<u>364 346 390</u>

6 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Outros ativos financeiros” apresentava a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Não correntes		
Ao justo valor através de resultados	99 206 335	50 569 063
Ao custo amortizado	255 255 045	100 255 045
Instrumentos de capital próprio ao custo	<u>500 058</u>	<u>500 058</u>
	<u>354 961 438</u>	<u>151 324 166</u>
Imparidade		
Títulos da Dívida Corporate	<u>(249 335)</u>	<u>(249 541)</u>
	<u>354 712 103</u>	<u>151 074 625</u>
Correntes		
Ao justo valor através de resultados	762 128	3 832 708
Cauções entregues a terceiros	<u>63 068</u>	<u>63 449</u>
	<u>825 196</u>	<u>3 896 157</u>
	<u>355 537 299</u>	<u>154 970 782</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a carteira dos outros ativos financeiros apresentava a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de dívida		
Títulos de dívida pública portuguesa	82 250 687	34 133 275
Títulos de dívida pública estrangeira	6 612 343	8 438 515
Títulos de dívida corporate	6 443 549	6 653 321
	<u>95 306 579</u>	<u>49 225 111</u>
Instrumentos de capital próprio		
Unidades de participação	4 661 883	5 176 660
	<u>4 661 883</u>	<u>5 176 660</u>
Ao custo amortizado		
Instrumentos de dívida		
Títulos de dívida pública portuguesa	255 006 893	100 006 893
Títulos de dívida pública estrangeira	-	-
Títulos de dívida corporate	248 152	248 152
	<u>255 255 045</u>	<u>100 255 045</u>
Imparidade		
Títulos da Dívida Pública	(1 183)	(1 389)
Títulos da Dívida Corporate	(248 152)	(248 152)
	<u>255 005 710</u>	<u>100 005 504</u>
Instrumentos de capital próprio ao custo		
Unidades de participação	500 058	500 058
	<u>500 058</u>	<u>500 058</u>
Cauções entregues a terceiros	63 068	63 449
	<u>355 537 299</u>	<u>154 970 782</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os movimentos ocorridos na rubrica de outros ativos financeiros foi a seguinte:

	2018					
	Quantia escriturada inicial	Aquisições	Ganhos de justo valor (Nota 22)	Reversões de perdas por imparidade	Perdas de justo valor (Nota 22)	Quantia escriturada final
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados						
Outros ativos financeiros						
Instrumentos de dívida pública						
Títulos de dívida pública portuguesa	34 133 275	49 929 757	666 033	-	(2 043 720)	82 250 688
Títulos de dívida pública estrangeira	8 438 515	-	76 240	-	(1 752 808)	6 612 343
Instrumentos de dívida corporate	6 653 321	-	-	-	(209 772)	6 443 549
Ações e Unidades de Participação	5 176 660	-	35 643	-	(550 420)	4 661 883
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Outros ativos financeiros						
Instrumentos de dívida pública						
Títulos de dívida pública portuguesa	100 005 504	155 000 000	-	206	-	255 005 710
Títulos de dívida pública estrangeira	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida corporate	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo						
Ações e Unidades de Participação	500 058	-	-	-	-	500 058
Outros	63 449	-	-	-	(381)	63 068
	<u>154 970 782</u>	<u>204 929 757</u>	<u>777 916</u>	<u>206</u>	<u>(3 796 909)</u>	<u>355 537 298</u>

	2017 (Pró-forma)					
	Quantia escriturada inicial	Aquisições	Ganhos de justo valor (Nota 22)	Reversões de perdas por imparidade	Perdas de justo valor (Nota 22)	Quantia escriturada final
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados						
Outros ativos financeiros						
Instrumentos de dívida pública						
Títulos de dívida pública portuguesa	14 131 265	16 523 837	4 859 555	-	(1 295 563)	34 133 275
Títulos de dívida pública estrangeira	10 929 140	-	5 960	-	(2 285 855)	8 438 515
Instrumentos de dívida corporate	6 512 516	-	140 805	-	-	6 653 321
Ações e Unidades de Participação	4 880 687	-	295 974	-	-	5 176 660
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Outros ativos financeiros						
Instrumentos de dívida pública						
Títulos de dívida pública portuguesa	5 504	100 000 000	-	-	-	100 005 504
Instrumentos de dívida corporate	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo						
Ações e Unidades de Participação	500 058	-	-	-	-	500 058
Outros	63 449	-	-	-	-	63 449
	<u>37 022 619</u>	<u>116 523 837</u>	<u>5 302 293</u>	<u>-</u>	<u>(3 581 418)</u>	<u>154 970 782</u>

Os justos valores dos ativos mensurados ao justo valor por resultados foram integralmente determinados com base em cotações de mercados ativos e líquidos, nomeadamente nas principais bolsas europeias.

Os ajustamentos de valor dos investimentos em instrumentos de capital próprio que não são participações em subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas acumulados em 2018 e em 2017 são os seguintes:

	2018			2017 (Pró-forma)		
	Custo de aquisição	Ajust. de valores acumulados	Quantia escriturada	Custo de aquisição	Ajust. de valores acumulados	Quantia escriturada
Ao justo valor através de resultados						
Unidades de Participação	3 269 964	1 391 920	4 661 883	3 269 964	1 906 697	5 176 660
Ativos financeiros mensurados ao custo						
Unidades de Participação	500 058	-	500 058	500 058	-	500 058
	<u>3 770 021</u>	<u>1 391 920</u>	<u>5 161 941</u>	<u>3 770 021</u>	<u>1 906 697</u>	<u>5 676 718</u>

Riscos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Fundo de Acidentes de Trabalho não detinha em carteira ativos financeiros escriturados pelo custo amortizado, denominados em moeda estrangeira, pelo que o risco exposto a taxa de câmbio era nulo nestas datas.

Em 31 de dezembro de 2018 e em 2017, as quantias escrituradas dos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado expostos ao risco de taxa de juro têm a seguinte composição:

	2018			2017 (pró-forma)		
	Taxa variável	Taxa fixa	Sem remuneração	Taxa variável	Taxa fixa	Sem remuneração
Títulos de dívida pública portuguesa	-	255 005 710	-	-	100 005 504	-
	-	255 005 710	-	-	100 005 504	-

Adicionalmente, o FAT encontra-se exposto ao risco de crédito relacionado com a possibilidade de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações contratuais, resultando tal facto em perdas associadas à realização dos respetivos ativos. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a carteira dos outros ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado apresenta a seguinte decomposição de acordo com a menor das notações de rating atribuídas entre a Standard & Poor's e Moody's ou equivalente:

	2018			2017 (pró-forma)		
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Portugal	Resto da União Europeia	Outros
BBB- até BBB+	255 005 710	-	-	100 005 505	-	-
	255 005 710	-	-	100 005 505	-	-

7 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da ASF, entidade gestora do Fundo, entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2017 e em 2018.

O gasto com impostos sobre o rendimento, apenas em rendimentos de capitais, em 2018 e 2017 ascende a 742 414 euros e 443 843 euros, respetivamente.

8 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as contas a receber do Fundo apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Acréscimos de rendimentos		
Receita	10 481 823	9 817 070
Juros a receber	2 331 973	1 222 723
Juros decorridos	21 109	-
Outros	808 055	570 749
	<u>13 642 960</u>	<u>11 610 542</u>
Adiantamentos ao pessoal	-	908
	<u>13 642 960</u>	<u>11 611 450</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de outras contas a receber engloba fundamentalmente a receita do Fundo relativa aos meses de novembro e dezembro dos respetivos exercícios económicos, recebida em janeiro e fevereiro de 2019 (4 513 761 euros e 5 968 062 euros) e 2018 (4 216 433 euros e 5 600 637 euros), respetivamente (Nota 25).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica juros a receber engloba essencialmente os juros a receber de obrigações 2 331 973 euros e 1 057 313 euros, respetivamente.

O saldo da rubrica “Outros” refere-se à receita proveniente da Autoridade para as Condições do Trabalho.

9 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Gastos a reconhecer		
Seguros	19 222	16 391
	<u>19 222</u>	<u>16 391</u>

10 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o saldo dos ativos financeiros detidos para negociação do FAT apresentava a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Certificados especiais de dívida de curto prazo	200 000 000	232 500 000
	<u>200 000 000</u>	<u>232 500 000</u>

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo dos ativos financeiros detidos para negociação engloba um certificado especial de dívida de curto prazo a vencer num prazo inferior a doze meses (quatro em 31 de dezembro de 2017).

11 PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Património Líquido do Fundo tinha a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Património	(506 802 408)	(506 802 408)
Resultados transitados	38 134 239	(56 647 900)
Resultado líquido do exercício	(10 060 750)	94 782 139
	<u>(478 728 919)</u>	<u>(468 668 169)</u>

12 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o montante destas rubricas é o seguinte:

2018										
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Provisões										
Atualizações de pensões e prestações suplementares a pagar às empresas de seguros	775 898 221	101 048 917	-	-	101 048 917	29 988 883	-	-	29 988 883	846 958 255
Pensões da responsabilidade direta do FAT	176 225 618	5 294 996	-	-	5 294 996	8 586 423	-	-	8 586 423	172 934 191
Despesas em espécie	2 684 529	814 220	-	-	814 220	896 075	-	-	896 075	2 602 674
Provisões para IBNR	38 229 353	-	-	-	-	-	1 897 843	-	1 897 843	36 331 510
Total	993 037 721	107 158 133	-	-	107 158 133	39 471 381	1 897 843	-	41 369 224	1 058 826 630

2017 (Pró-forma)										
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Provisões										
Atualizações de pensões e prestações suplementares a pagar às empresas de seguros	809 698 882	27 766 874	-	-	27 766 874	29 498 861	32 068 674	-	61 567 535	775 898 221
Pensões da responsabilidade direta do FAT	178 017 562	11 616 305	-	-	11 616 305	8 722 586	4 685 663	-	13 408 249	176 225 618
Despesas em espécie	2 545 814	138 715	-	-	138 715	-	-	-	-	2 684 529
Provisões para IBNR	41 747 461	18 661 663	-	-	18 661 663	-	22 179 772	-	22 179 772	38 229 353
Outras provisões	563 557	-	-	-	-	481 308	82 249	-	563 557	-
Total	1 032 973 276	58 183 558	-	-	58 183 558	38 702 755	59 016 358	-	97 719 113	993 037 721

As provisões para riscos e encargos incluem a estimativa das provisões matemáticas para pensões e do IBNR. As provisões matemáticas correspondem ao valor atual das responsabilidades com pensões, assumidas diretamente pelo FAT, e das atualizações das pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30%, ou por incapacidade inferior permanente a 30% mas com pensão anual superior a seis vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) por morte, das atualizações das prestações suplementares de assistência por terceira pessoa e dos duodécimos adicionais, assumidos pelas empresas de seguros e da responsabilidade do FAT.

Estas provisões são calculadas com base nos principais pressupostos atuariais:

Tábua de mortalidade	GKM 95 para os Homens e GKF 95 para as Mulheres
Taxa de desconto	3% (3,25% em 2017)
Taxa de crescimento das pensões	2,00%

O IBNR corresponde a uma estimativa relativa a acidentes de trabalho da responsabilidade das entidades empregadoras economicamente incapazes, ocorridos antes de 31 de dezembro de 2018 e ainda não reportados ao FAT.

13 FORNECEDORES

A rubrica de “Fornecedores” inclui o montante total das faturas recebidas e ainda não pagas pelo Fundo de Acidentes de Trabalho. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o saldo ascende a 0 euros e 234 euros, respetivamente.

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas		
IRC sobre rendimentos de capitais não retidos na fonte	87 424	110 718
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	98
	<u>87 424</u>	<u>110 816</u>

O saldo da rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” inclui maioritariamente IRC a liquidar relativo a rendimentos de capitais recebidos de não residentes e que não foram sujeitos a retenção na fonte. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o saldo ascende a 87 424 euros e 110 816 euros, respetivamente. O saldo do “Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares”, a 31 de dezembro de 2017 ascende a 98 euros, e diz respeito a uma retenção na fonte de honorários.

15 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Acréscimos de gastos		
Prestações sociais concedidas	6 745 268	6 152 777
Juros a liquidar	489 709	256 767
Remunerações a liquidar	73 874	50 898
Outros	6 027	6 027
	<u>7 314 878</u>	<u>6 466 469</u>
Outros credores	7 779	4 570
	<u>7 322 657</u>	<u>6 471 039</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Prestações sociais concedidas” engloba o montante das responsabilidades do FAT com os reembolsos às empresas de seguros referentes aos meses de novembro e dezembro de cada ano, ascendendo a 6 745 268 euros e 6 152 777 euros, respetivamente.

A rubrica “Juros a liquidar” incluem os gastos que respeitam na sua totalidade à retenção sobre juros a entregar de obrigações cujo recebimento apenas irá ocorrer no ano seguinte.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Remunerações a liquidar” inclui os montantes referentes ao período de férias e subsídio de férias a usufruir nos exercícios de 2019 e 2018, respetivamente.

16 IMPOSTOS E TAXAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017, o rédito reconhecido pelo Fundo tem a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Taxas	88 866 247	84 366 416
Multas e outras penalidades	4 249 661	2 994 198
	<u>93 115 908</u>	<u>87 360 613</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o rédito proveniente de Taxas apresentava a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Taxa sobre salários	79 518 027	75 177 679
Taxa sobre o capital de remição das pensões e sobre a provisão matemática das prestações suplementares	9 348 219	9 188 737
	<u>88 866 247</u>	<u>84 366 416</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes referentes a multas e outras penalidades correspondem integralmente à receita obtida junto da Autoridade para as Condições do Trabalho, conforme previsto no artigo n.º 566 da Lei n.º 7/2009.

17 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos” tem a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Reembolsos e Restituições	739 931	819 076
Reversões	901 775	971 302
	<u>1 641 706</u>	<u>1 790 378</u>

Os “Reembolsos e Restituições” correspondem à recuperação dos créditos constituídos no âmbito dos processos indemnizatórios, resultantes de acidentes de trabalho da responsabilidade de entidades empregadoras economicamente incapazes, na recuperação dos créditos associados a estes processos e, ainda, no controlo e na análise dos fluxos financeiros das empresas de seguros, relativos à receita com origem nestas empresas e ao reembolso das atualizações das pensões.

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” tem a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Trabalhos especializados	591 582	598 418
Despesas de gestão	40 397	55 981
Comunicação	344	305
Despesas de Representação	31	46
Deslocações e Estadas	286	-
	<u>632 640</u>	<u>654 750</u>

A rubrica “Trabalhos especializados” engloba essencialmente a comissão paga à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões pela gestão dos serviços do Fundo. Em 2018 e 2017, os montantes ascendem em 564 000 euros e 588 000 euros, respetivamente (Nota 25).

19 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Gastos com pessoal” tem a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Remunerações do pessoal	379 841	319 448
Benefícios pós-emprego		
Contribuição definida	11 423	10 287
Encargos sobre remunerações	86 809	75 686
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1 976	1 946
Seguros com o pessoal	16 562	14 415
Gastos de ação social	349	381
	<u>496 959</u>	<u>422 163</u>

Número de empregados

O número de empregados do Fundo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Grupos profissionais	Efetivos em 31-12-2018	Efetivos em 31-12-2017
Dirigente	1	1
Técnico Superior	9	7
Técnico Operacional	2	2
Total	12	10

20 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais” tem a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Reembolsos às Seguradoras	30 581 373	29 412 288
Responsabilidades com Pensionistas	9 483 038	9 618 466
Riscos Recusados	-	16 260
Honorários	4 169	-
	<u>40 068 580</u>	<u>39 047 013</u>

Os “Reembolsos às Seguradoras” correspondem ao reembolso de atualizações das pensões relativas a incapacidades permanentes iguais ou superiores a 30%, ou por morte, bem como às atualizações das prestações suplementares por assistência de terceira pessoa, resultantes de acidentes de trabalho ou de serviço.

As “Responsabilidades com Pensionistas” correspondem às prestações pagas por acidente de trabalho, da responsabilidade do Fundo de Acidentes de Trabalho.

Os “Riscos Recusados” correspondem ao valor do resseguro relativo ao excedente de sinistralidade de acidentes de trabalho, de contratos de seguro de riscos recusados, colocados nas empresas seguradoras.

21 VARIAÇÕES DE JUSTO VALOR

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Aumentos / reduções de justo valor” tem a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Ganhos de justo valor em ativos financeiros (Nota 6)	777 916	5 302 293
Perdas de justo valor em ativos financeiros (Nota 6)	(1 344 454)	(296 550)
	<u>(566 538)</u>	<u>5 005 743</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os principais ganhos de justo valor na carteira dos ativos financeiros dizem respeito à variação ocorrida nos títulos O.T. Julho 2,875% - 2026 (165 200 euros) e O.T. Abril 4,125% - 2027 (225.833 euros), ao passo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 dizem respeito à variação do justo valor dos títulos O.T. Abril 4,125% - 2027 (3 254 667 euros) e O.T. Julho 2,875% - 2026 (1 603 100 euros).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as principais perdas de justo valor na carteira dos ativos financeiros dizem respeito à variação ocorrida nos títulos FA Santander Ações América (105 910 euros) e FA Santander Ações Europa (197 060 euros), ao passo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 dizem respeito à variação do justo valor dos títulos O.T. Junho 4,45% - 2018 (85 820 euros) e Netherlands 4% - 07/18 (72 060 euros).

22 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” engloba integralmente correções relativas a períodos anteriores. Os montantes ascendem a 978 euros e 19 664 euros, respetivamente.

23 OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outros gastos e perdas” tem a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Outros gastos em ativos financeiros	49 384	81 418
Outros	9 652	10 604
	<u>59 036</u>	<u>92 022</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a rubrica “Outros gastos em ativos financeiros” inclui maioritariamente a menos-valia gerada na alienação do título “O.T. Junho 4,45% - 2018” (43 720 euros), ao passo que no período findo em 31 de dezembro de 2017 inclui essencialmente a menos-valia realizada na alienação do título “O.T. Outubro 4,35% - 2017” (45 563 euros).

24 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017 (Pró-forma)
Juros obtidos		
Residentes	3 151 686	1 741 188
Não Residentes	<u>357 222</u>	<u>425 181</u>
	3 508 907	2 166 369
Títulos de Participação	26 620	44 915
	<u>3 535 527</u>	<u>2 211 284</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica de juros obtidos de obrigações de emissores residentes engloba essencialmente o montante obtido das aplicações em títulos de dívida pública portuguesa (3 099 623 euros e 1 143 277 euros, respetivamente). Adicionalmente o saldo da rubrica engloba os montantes recebidos provenientes das aplicações em certificados especiais de dívida pública (CEDICs).

Os juros obtidos de obrigações de emissores não residentes englobam fundamentalmente o montante obtido das aplicações em títulos de dívida pública (313 939 euros em 2018 e 284 162 euros em 2017) e títulos de dívida *corporate* (43 283 euros em 2018 e 141 019 euros em 2017).

25 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é considerada partes relacionada do Fundo de Acidentes de Trabalho a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

No decurso dos exercícios findos em 2018 e 2017 as demonstrações financeiras do Fundo incluem os seguintes saldos e transações com partes relacionadas:

	2018	
	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões	Total
<u>Ativos</u>		
Outras contas a receber (Nota 8)	4 513 761	4 513 761
	<u>4 513 761</u>	<u>4 513 761</u>
<u>Custos</u>		
Fornecimentos e serviços externos (Nota 18)	564 000	564 000
	<u>564 000</u>	<u>564 000</u>
	2017 (Pró-forma)	
	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões	Total
<u>Ativos</u>		
Outras contas a receber (Nota 8)	4 216 433	4 216 433
	<u>4 216 433</u>	<u>4 216 433</u>
<u>Custos</u>		
Fornecimentos e serviços externos (Nota 18)	588 000	588 000
	<u>588 000</u>	<u>588 000</u>

26 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários referentes ao exercício findo em 2018 do Revisor Oficial de Contas e dos Auditores externos, relacionados com a Revisão legal das contas anuais, ascenderam a 8 610 euros (8 610 em 2017).

27 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ASF e autorizadas para emissão a 20 de março de 2019.

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

Anexo I

ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2018		VALOR EM 31-12-2018		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR NOMINAL	VALOR CONTABILÍSTICO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO Rend. Fixo República Áustria 3,5% 09/21 France Gov. Bond FRTR 4% 10/38 Itália Gov. Bond BTPS 4,5% 02/18 German Gov. Bond DBR 4,25% 07/39 Netherlands 4% 07/18 IBRD 3,875% 05/19 Espanha Gov. Bond SFG8 2,75% 10/24 ArcelorMittal 3,125% 01/22 Bank of America Corp 1,625% 09/22	AUSTRIA (SOBERANO) FRANÇA (SOBERANO) ITÁLIA (SOBERANO) ALEMANHA (SOBERANO) HOLANDA (SOBERANO) BANCO SUPRANACIONAL IBRD ESPAÑHA (SOBERANO) ARCELORMITTAL BANK OF AMERICA CORP	500 000,00 1 500 000,00 250 000,00 500 000,00 1 500 000,00 750 000,00 2 000 000,00 2 700 000,00 3 500 000,00	571 815,00 2 213 970,00 251 007,50 812 440,00 1 537 980,00 795 982,50 2 255 320,00 2 962 116,00 3 691 205,00	500 000,00 1 500 000,00 500 000,00 750 000,00 2 000 000,00 2 700 000,00 3 500 000,00	554 500,00 2 215 065,00 840 650,00 762 127,50 2 240 000,00 2 831 409,00 3 612 140,00	17 500,00 60 000,00 5 625,00 21 250,00 60 000,00 29 062,50 55 000,00 84 375,00 56 875,00	5 130,14 11 013,70 10 479,45 17 915,24 9 191,78 81 138,70 16 828,77	 Reembolso em 2018 Reembolso em 2018
Sub-Total		13 200 000,00	15 091 836,00	11 450 000,00	13 055 891,50	389 687,50	151 697,78	
TÍTULOS DE DIVIDA PÚBLICA Rend. Fixo O.T. Junho 4,45% -2018 O.T. Junho 4,8% -2020 O.T. Julho 2,875% -2026 O.T. Abril 4,125% -2027 O.T. Abril 2,25% -2034	PORTUGAL (SOBERANO) PORTUGAL (SOBERANO) PORTUGAL (SOBERANO) PORTUGAL (SOBERANO) PORTUGAL (SOBERANO)	2 000 000,00 1 250 000,00 10 000 000,00 16 666 670,00	2 043 720,00 1 397 950,00 10 913 100,00 19 778 503,96	 1 250 000,00 10 000 000,00 16 666 670,00 50 000 000,00	 1 343 550,00 11 078 300,00 20 004 337,33 49 824 500,00	89 000,00 60 000,00 287 500,00 849 486,47 0,00	0,00 32 712,33 128 390,41 491 609,68 770 141,88	 Reembolso em 2018 Aquisição em 2018
Sub-Total		29 916 670,00	34 133 273,96	77 916 670,00	82 250 687,33	1 285 986,47	1 422 854,30	
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO Rend. Variável Invesco Funds Pan European JP Morgan - Global Equities/Ac.global Newton Int Growth Fund HSBC Global Pan. Europe CaixaGest Imobiliário Internacional FA Santander Ações Europa FA Santander Ações América	INVESCO MANAGEMENT SA JPMORGAN ASSET MANAGEMENT EUROPE BNY MELLON FUND MANAGERS LTD HSBC INVESTMENT FUNDS (LUXEMBURGO) CAIXAGEST SA SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	85 905,87 64 628,70 207 865,00 436 988,89 270 002,97 1 375 375,00 1 026 245,00	669 902,91 195 001,99 314 105,06 452 755,44 182 695,47 1 475 991,21 1 886 208,39	85 905,87 64 628,70 207 865,00 436 988,89 270 002,97 1 375 375,00 1 026 245,00	571 852,60 171 584,72 300 822,47 367 736,74 190 657,24 1 278 931,49 1 280 298,22	0,00 212,88 0,00 6 811,15 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	
Sub-Total		3 467 011,43	5 176 066,47	3 467 011,43	4 661 883,48	7 024,03	0,00	
TOTAIS	EUR	46 583 681,43	54 401 770,43	92 833 681,43	99 968 462,31	1 682 698,00	1 574 552,08	

ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO E AO CUSTO AMORTIZADO MENOS IMPARIDADE

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2018		VALOR EM 31-12-2018		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR NOMINAL	VALOR CONTABILÍSTICO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO								
Rend. Variável								
Somec/94	SOMEC-SOC MET DE CONSTRU	149 500,00	0,00	149 500,00	0,00	0,00	0,00	
Sub-Total		149 500,00	0,00	149 500,00	0,00	0,00	0,00	
TÍTULOS DE DIVIDA PÚBLICA								
Rend. Fixo								
Consolidado 41 3..5%	GOV PORTUG CONSOLIDADO	3 820,79	3 247,67	3 820,79	3 458,20	133,72	10,99	
Consolidado 42 3%	GOV PORTUG CONSOLIDADO	2 324,40	1 778,17	2 324,40	1 743,30	69,72	11,46	
Consolidado 43 2..75%	GOV PORTUG CONSOLIDADO	748,20	478,85	748,20	508,78	20,56	0,90	
CEDIM 1..14% 21/07/2026	IGCP	25 000 000,00	25 000 000,00	25 000 000,00	25 000 000,00	160 068,49	127 273,97	
CEDIM 1..14% 21/07/2026	IGCP	25 000 000,00	25 000 000,00	25 000 000,00	25 000 000,00	160 068,49	127 273,97	
CEDIM 1..27% 14/04/2027	IGCP	25 000 000,00	25 000 000,00	25 000 000,00	25 000 000,00	93 075,34	227 034,24	
CEDIM 1..27% 14/04/2027	IGCP	25 000 000,00	25 000 000,00	25 000 000,00	25 000 000,00	93 075,34	227 034,24	
CEDIMO..99% 21/07/2026	IGCP			35 000 000,00	35 000 000,00	0,00	9 493,15	Aquisição em 2018
CEDIM 1..11% 14/04/2027	IGCP			35 000 000,00	35 000 000,00	0,00	10 643,84	Aquisição em 2018
CEDIM 1..23% 17/10/2028	IGCP			85 000 000,00	85 000 000,00	0,00	28 643,84	Aquisição em 2018
Sub-Total		100 006 893,39	100 005 504,69	255 006 893,39	255 005 710,28	506 511,66	757 420,60	
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO								
Rend. Variável								
Novenergia II - Energy & Environment (S.C.A.), SICAR	NOVENERGIA II	500 000,00	500 057,50	500 000,00	500 057,50	19 595,50	0,00	
Sub-Total		500 000,00	500 057,50	500 000,00	500 057,50	19 595,50	0,00	
TOTAIS	EUR	100 656 393,39	100 505 562,19	255 656 393,39	255 505 767,78	526 107,16	757 420,60	

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça

(Presidente

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente

(Maria de Nazaré Barroso

(Vogal

FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
1 - Demonstração do desempenho orçamental de 2018

Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS	Fontes de Financiamento 2018					TOTAL	2017	RUBRICA	PAGAMENTOS	Fontes de Financiamento 2018					TOTAL	2017
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS					RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
Saldo de gerência anterior		364 410 057					364 346 390	40 619 323									
Operações orçamentais [1]		364 410 057					364 410 057	40 668 051									
Restituição do saldo oper. orçamentais																	
Operações de tesouraria [A]						(63 667)	(63 667)	(48 728)									
Receita corrente		96 281 798					96 281 798	90 148 326		Despesa corrente						41 127 825	40 902 148
R1 Receita fiscal									D1 Despesas com o pessoal		41 127 825					41 127 825	40 902 148
R11 Impostos diretos									D11 Remunerações Certas e Permanentes		473 125					473 125	420 203
R12 Impostos indiretos									D12 Abonos Variáveis ou Eventuais		355 551					355 551	317 756
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde									D13 Segurança Social		117 574					117 574	102 447
									D2 Aquisição de bens e serviços		640 782					640 782	654 958
R3 Taxas, multas e outras penalidades		92 213 848					92 213 848	86 858 528	D3 Juros e outros encargos								
R4 Rendimentos de propriedade		2 426 277					2 426 277	1 500 420	D4 Transferências correntes		39 471 381					39 471 381	39 133 587
R5 Transferências Correntes		1 641 672					1 641 672	1 789 378	D41 Administrações Públicas								
R51 Administrações Públicas									D411 Administração Central - Estado								
R511 Administração Central - Estado									D412 Administração Central - Outras entidades								
R512 Administração Central - Outras entidades									D413 Segurança Social								
R513 Segurança Social									D414 Administração Regional								
R514 Administração Regional									D415 Administração Local								
R515 Administração Local									D42 Instituições sem fins lucrativos								
R52 Exterior - UE									D43 Famílias		9 482 498					9 482 498	9 618 466
R53 Outras		1 641 672					1 641 672	1 789 378	D44 Outras		29 988 883					29 988 883	29 515 121
R6 Venda de bens e serviços									D5 Subsídios								
R7 Outras receitas correntes									D6 Outras despesas correntes		542 537					542 537	693 399
Receita de capital		438					438	19 664	Despesa de capital								
R8 Venda de bens de investimento									D7 Investimento								
R9 Transferências de Capital									D8 Transferências de capital								
R91 Administrações Públicas									D81 Administrações Públicas								
R911 Administração Central - Estado									D811 Administração Central - Estado								
R912 Administração Central - Outras entidades									D812 Administração Central - Outras entidades								
R913 Segurança Social									D813 Segurança Social								
R914 Administração Regional									D814 Administração Regional								
R915 Administração Local									D815 Administração Local								
R92 Exterior - UE									D82 Instituições sem fins lucrativos								
R93 Outras									D83 Famílias								
R10 Outras receitas de capital									D84 Outras								
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos		438					438	19 664	D9 Outras despesas de capital								
Receita efetiva [2]		96 282 235					96 282 235	90 167 991	Despesa efetiva [5]		41 127 825					41 127 825	40 902 148
Receita não efetiva [3]		3 750 000					3 750 000	391 000 000	Despesa não efetiva [6]		204 929 757					204 929 757	116 523 836
R12 Receita com ativos financeiros		3 750 000					3 750 000	391 000 000	D10 Despesa com ativos financeiros		204 929 757					204 929 757	116 523 836
R13 Receita com passivos financeiros									D11 Despesa com passivos financeiros								
Soma [4] = [1] + [2] + [3]		464 442 293					464 442 293	521 836 042	Soma [7] = [5] + [6]		246 057 582					246 057 582	157 425 984
Operações de tesouraria [8]						52 738	52 738	23 210	Operações de tesouraria [C]						65 469	65 469	38 149
									Saldo para a gerência seguinte								
									Operações orçamentais [8] = [4] - [7]		218 384 711					218 384 711	364 410 057
									Operações de tesouraria [D] = [A] + [8] - [C]						(76 399)	(76 399)	(63 667)
									Saldo global [2] - [5]		55 154 411					55 154 411	49 265 843
									Despesa primária		41 127 825					41 127 825	40 902 148
									Saldo corrente		55 153 973					55 153 973	49 246 179
									Saldo de capital		438					438	19 664
									Saldo primário		55 154 411					55 154 411	49 265 843
									Receita total [1] + [2] + [3]		464 442 293					464 442 293	521 836 042
									Despesa total [5] + [6]		246 057 582					246 057 582	157 425 984

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
2 - Demonstração de execução orçamental da receita 2018

Euros

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental (%)	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)						(11)		
R1	Receita corrente	96 933 300	-	96 281 831	-	96 281 831	34	34	-	96 281 798	96 281 798	-	-	99
R11	Receita fiscal													
R12	Impostos diretos													
R2	Impostos indiretos													
	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde													
R3	Taxas, multas e outras penalidades	92 400 000	-	92 213 848	-	92 213 848	-	-	-	92 213 848	92 213 848	-	-	100
R4	Rendimentos de propriedade	2 883 300	-	2 426 277	-	2 426 277	-	-	-	2 426 277	2 426 277	-	-	84
R5	Transferências Correntes	1 650 000	-	1 641 706	-	1 641 706	34	34	-	1 641 672	1 641 672	-	-	
R51	Administrações Públicas													
R511	Administração Central - Estado													
R512	Administração Central - Outras entidades													
R513	Segurança Social													
R514	Administração Regional													
R515	Administração Local													
R52	Exterior - UE													
R53	Outras	1 650 000	-	1 641 706	-	1 641 706	34	34	-	1 641 672	1 641 672	-	-	99
R6	Venda de bens e serviços													
R7	Outras receitas correntes													
	Receita de capital	368 190 057	364 410 057	368 160 495	-	368 160 495	-	-	364 410 057	3 750 438	368 160 495	-	100	99
R8	Venda de bens de investimento													
R9	Transferências de Capital													
R91	Administrações Públicas													
R911	Administração Central - Estado													
R912	Administração Central - Outras entidades													
R913	Segurança Social													
R914	Administração Regional													
R915	Administração Local													
R92	Exterior - UE													
R93	Outras													
R10	Outras receitas de capital													
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	30 000	-	438	-	438	-	-	-	438	438	-	-	1
R12	Ativos financeiros													
R13	Passivos financeiros	3 750 000	-	3 750 000	-	3 750 000	-	-	-	3 750 000	3 750 000	-	-	100
	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	364 410 057	364 410 057	364 410 057	-	364 410 057	-	-	364 410 057	-	-	-	100	-
	Total	465 123 357	364 410 057	464 442 326		464 442 326	34	34	364 410 057	100 032 235	464 442 293	-	100	99

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
3 - Demonstração de execução orçamental da despesa 2018

Euros

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9) = (4) - (5)	Obrigações por pagar (10) = (5) - (8)	Grau de execução orçamental (%)	
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8) = (6) + (7)			Períodos anteriores (11) = (6)/(1) * 100	Período corrente (12) = (7)/(2-1)*100
	Despesa corrente	284	53 155 400	-	41 127 825	41 127 825	284	41 127 541	41 127 825	-	-	100	77
D1	Despesas com o pessoal	-	517 800	-	473 125	473 125	-	473 125	473 125	-	-	-	-
D11	Remunerações Certas e Permanentes	-	362 900	-	355 551	355 551	-	355 551	355 551	-	-	-	98
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	-	23 900	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D13	Segurança Social	-	131 000	-	117 574	117 574	-	117 574	117 574	-	-	-	90
D2	Aquisição de bens e serviços	284	917 900	-	640 782	640 782	284	640 498	640 782	-	-	100	70
D3	Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4	Transferências correntes	-	50 887 200	-	39 471 381	39 471 381	-	39 471 381	39 471 381	-	-	-	78
D41	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D411	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D412	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D413	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D414	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D415	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D42	Instituições sem fins lucrativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D43	Famílias	-	13 887 200	-	9 482 498	9 482 498	-	9 482 498	9 482 498	-	-	-	68
D44	Outras	-	37 000 000	-	29 988 883	29 988 883	-	29 988 883	29 988 883	-	-	-	81
D5	Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D6	Outras despesas correntes	-	832 500	-	542 537	542 537	-	542 537	542 537	-	-	-	65
	Despesa de capital	-	205 000 000	-	204 929 757	204 929 757	-	204 929 757	204 929 757	-	-	-	100
D7	Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D8	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D81	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D811	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D812	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D813	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D814	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D815	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D82	Instituições sem fins lucrativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D83	Famílias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D84	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D9	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D10	Ativos financeiros	-	205 000 000	-	204 929 757	204 929 757	-	204 929 757	204 929 757	-	-	-	100
D11	Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		284	258 155 400	-	246 057 582	246 057 582	284	246 057 297	246 057 582	-	-	100	95

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)
(Vogal)

Fundo de Acidentes de Trabalho

Anexo às demonstrações orçamentais em 31 de dezembro de 2018
(Montantes expressos em Euros)

1 CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

O Fundo de Acidentes de Trabalho, designado abreviadamente por FAT é gerido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), dotado de autonomia administrativa e financeira, inscrito no Registo Nacional de Pessoas Coletivas sob o nº 770010040 e com o código de atividade nº 84130 estando sediado na Avenida da República, n.º 76, 1600-205 Lisboa.

O código de classificação orgânica atribuído ao FAT é o seguinte: 04 1 09 02 00.

O FAT foi criado na sequência do disposto no Art.º 39.º da Lei n.º 100/97, de 13 de setembro, encontra-se regulado pelo Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 185/2007, de 10 de maio.

Encontra ainda previsão no art.º 283.º, n.º6 do Código do Trabalho e no artigo 82.º da Lei n.º 98/2009 de 4 de setembro.

Dada a inclusão do orçamento do FAT no Orçamento do Estado, no âmbito da Lei do enquadramento orçamental, em 2018, as demonstrações orçamentais anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

A gestão do FAT é assegurada pelos órgãos sociais da ASF. São órgãos da ASF o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo e a Comissão de Fiscalização, cuja constituição e respetivas atribuições estão definidas nos artigos 8.º a 29.º do Estatuto da ASF, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro.

O FAT tem as seguintes competências:

- Garantir o pagamento das prestações que forem devidas por acidentes de trabalho sempre que, por motivo de incapacidade económica objetivamente caracterizada em processo judicial de insolvência ou processo equivalente, ou processo de recuperação de empresa, ou por motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, não possam ser pagas pela entidade responsável;
- Garantir o pagamento de prémios do seguro de acidentes de trabalho das empresas que, no âmbito de um processo de recuperação, se encontrem impossibilitadas de o fazer;
- Reembolsar as empresas de seguros dos montantes relativos às atualizações de pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por morte, derivadas de acidente de trabalho;
- Ressegurar e retroceder os riscos recusados de acidentes de trabalho.

Com a função de analisar e dar parecer sobre aspetos que, não constituindo atos de gestão corrente, sejam relevantes para o bom desempenho do FAT, nomeadamente analisar e dar parecer sobre as contas e o financiamento deste fundo, foi constituída a Comissão de Acompanhamento do FAT, presidida por um representante do Ministério das Finanças e integrando diversos outros representantes e personalidades da área de acidentes de trabalho.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, foram aprovadas em Conselho de Administração da ASF na reunião de 20 de março de 2019, para envio ao Ministro das Finanças, com o parecer da Comissão de Fiscalização.

2 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA (“NCP”)

O FAT adotou as Normas de Contabilidade Pública (“NCP”) pela primeira vez em 2018, aplicando, para o efeito, a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental em vigor nessa data.

O FAT alterou as demonstrações orçamentais de 2017, preparadas e aprovadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública (“POCP”), de modo a que estas sejam comparáveis com as referentes a 2018.

A transição para as NCP resultou nas seguintes alterações:

1 – Componentes das demonstrações Orçamentais

Para efeito do relato orçamental são apresentados os seguintes documentos:

- 1- Orçamento para 2018 aprovado pela LOE;
- 2- Demonstração do desempenho orçamental;
- 3- Demonstração da execução orçamental da receita;
- 4- Demonstração da execução orçamental da despesa; e o
- 5- Anexo às Demonstrações orçamentais.

O orçamento é apresentado de acordo com as regras em que foi elaborado, não estando por isso enquadrado num plano orçamental plurianual.

Pelo mesmo motivo não foi elaborada a Demonstração de execução do Plano Plurianual de Investimentos.

2- Operações de tesouraria

Em conformidade com a NCP 26 – foram consideradas como Operações de Tesouraria todos os influxos ou exfluxos de caixa que não representaram operações orçamentais.

As operações de tesouraria, que em 2018 estão classificadas como de transição, correspondem aquelas que em 2017, embora representado operações orçamentais, tinham sido tratadas como extra-orçamentais.

3 MAPAS DO ANEXO

3.1 Alterações orçamentais da Receita

Euros								
Rubricas		Tipo	Receita					Observações
			Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
				Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]	
04	Receitas correntes		91 433 300	6 660 000	1 160 000	-	96 933 300	
	Taxas, multas e outras penalidades		86 000 000	6 400 000	-	-	92 400 000	
	04 01 99 Taxas diversas	M	84 000 000	4 300 000	-	-	88 300 000	
	04 02 04 Coimas e penalidades por contra-ordenação	M/P	2 000 000	2 100 000	-	-	4 100 000	
05	Rendimentos da propriedade		3 983 300	60 000	1 160 000	-	2 883 300	
	05 03 01 Administração central - Estado	P	3 587 000	-	1 130 000	-	2 457 000	
	05 06 01 União Europeia- Instituições		114 300	-	-	-	114 300	
	05 06 02 União Europeia- Países membros	P	225 000	20 000	20 000	-	225 000	
	05 06 03 Países de terceiros - Org Internacionais	P	57 000	10 000	10 000	-	57 000	
	05 07 01 Div. e part. lucros soc. q. s. não financeiras	M	-	20 000	-	-	20 000	
	05 08 01 Dividendos sociedades financeiras	M	-	10 000	-	-	10 000	
	06	Transferências correntes		1 450 000	200 000	-	-	1 650 000
06 01 02 Privadas	P	1 450 000	200 000	-	-	1 650 000		
	Receitas de capital		215 142 511	517 457 604	364 410 057	-	368 190 057	
11	Ativos financeiros		3 750 000	-	-	-	3 750 000	
	11 03 03 Administração pública - A.central - Estado		2 000 000	-	-	-	2 000 000	
	11 03 11 Resto do Mundo - União europeia		1 750 000	-	-	-	1 750 000	
15	Reposições não abatidas aos pagamentos		30 000	-	-	-	30 000	
	15 01 01 Reposições não abatidas aos pagamentos		30 000	-	-	-	30 000	
16	Saldo da gerência anterior		211 362 511	517 457 604	364 410 057	-	364 410 057	
	16 01 01 Na posse dos serviços	M/P	211 362 511	153 047 546	364 410 057	-	-	
	16 01 03 01 04 RC - Org. Ministérios das finanças	M	-	364 410 057	-	-	364 410 057	
	Total		306 575 811	524 117 604	365 570 057	-	465 123 357	

O FAT só toma conhecimento dos montantes das receitas após o seu efetivo recebimento, por parte das empresas de seguros, aplica-se o art. 3º do DL 142/99 de 30 de abril, e a NR N°6/2013-R da ASF publicada na 2ª Série-A 11/11/13 em DR.

3.2 Alterações orçamentais da despesa

								Euros
Rubricas		Tipo	Despesa					Observações
			Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas	
				Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais		
[1]		[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	(8)
	Despesas correntes		53 155 400	19 700	19 700	-	53 155 400	
01	Despesas com o pessoal		517 800	9 700	9 700	-	517 800	
01 01 04	Pessoal do quadro - regime de contrato individual de trabalho		289 100	-	-	-	289 100	
01 01 13	Subsidio de refeição	P	20 900	2 000	-	-	22 900	
01 01 14 SF.00	Subsidio de férias	P	23 700	1 500	-	-	25 200	
01 01 14 SN.00	Subsidio de Natal	P	23 700	2 000	-	-	25 700	
01 02 01	Gratificações variáveis ou eventuais		20 000	-	-	-	20 000	
01 02 02	Horas extraordinárias		500	-	-	-	500	
01 02 04	Ajudas de custo		1 100	-	-	-	1 100	
01 02 12	Indemnizações por cessação de funções		2 300	-	-	-	2 300	
01 03 02	Outros encargos com a saúde		2 500	-	-	-	2 500	
01 03 03	Subsidio familiar a crianças e jovens	P	-	200	-	-	200	
01 03 05 A0 B0	Segurança Social	P	96 900	-	5 700	-	91 200	
01 03 08	Outras pensões	P	19 100	-	4 000	-	15 100	
01 03 09	Seguros	P	18 000	4 000	-	-	22 000	
02	Aquisição de bens e serviços		917 900	-	-	-	917 900	
02 02 09 F0 00	Outros serviços de comunicação		4 000	-	-	-	4 000	
02 02 11	Representação dos serviços		200	-	-	-	200	
02 02 12 A0 00	Estágios profissionais na AP		200	-	-	-	200	
02 02 13	Deslocações e estadas		1 000	-	-	-	1 000	
02 02 14 C0 00	Serviços de natureza económica e financeira		830 000	-	-	-	830 000	
02 02 15 B0 00	Outros - formação		6 000	-	-	-	6 000	
02 02 20 E0 00	Outros - trabalhos especializados		500	-	-	-	500	
02 02 22 H0 00	Serviços de saúde		3 000	-	-	-	3 000	
02 02 25	Outros serviços		73 000	-	-	-	73 000	
04	Transferências correntes		50 887 200	-	-	-	50 887 200	
04 02 02	Companhias de seguros e fundos de pensões		37 000 000	-	-	-	37 000 000	
04 08 02 A0 00	Estágios profissionais na AP		7 200	-	-	-	7 200	
04 08 02 B0 00	Outras		13 880 000	-	-	-	13 880 000	
06	Outras despesas correntes		832 500	10 000	10 000	-	832 500	
06 02 01	Impostos e taxas	P	802 500	-	10 000	-	792 500	
06 02 03 A0 00	Outras	P	30 000	10 000	-	-	40 000	
	Despesas de Capital		205 000 000	255 000 000	255 000 000	-	205 000 000	
09	Ativos financeiros		205 000 000	255 000 000	255 000 000	-	205 000 000	
09 03 05	Administração pública central- Estado	P	105 000 000	255 000 000	155 000 000	-	205 000 000	
09 03 15	Resto do Mundo-União europeia-Países membros	P	50 000 000	-	50 000 000	-	-	
09 03 16	Resto do Mundo-Países terceiros e organizações internacionais	P	50 000 000	-	50 000 000	-	-	
Total			258 155 400	255 019 700	255 019 700	-	258 155 400	

3.3 Operações de Tesouraria

								Euros
Código das contas	Designação	Saldo inicial		Recebimentos	Pagamentos	Saldo final		
		Devedor	Credor	Conta (071)	Conta (072)	Devedor	Credor	
2322	Adiantamentos ao pessoal	908	-	4 470	3 562	-	-	
2422	IRS independentes transição para o SNC - AP	-	98	-	98	-	-	
277	Penhoras e cauções	63 449	-	14 336	13 955	63 068	-	
27891911	Juros vincendos	-	-	-	21 109	21 109	-	
27892931	IRC sobre juros vincendos	-	-	4 433	-	-	4 433	
2789297	Depositos por identificar	-	592	-	-	-	592	
2789298	Direção Geral do Tesouro	-	-	29 498	26 744	-	2 754	
Total		64 357	690	52 738	65 469	84 177	7 779	
Saldo das operações de tesouraria que transitou de 2017		(63 667)						
Saldo das operações de tesouraria a transitar para 2018		(76 399)						

Adiantamentos ao pessoal – Seguro de doença pago pelo FAT em dezembro 2017 e recebido mensalmente em 2018 através de ordenados.

O IRS corresponde a uma retenção na fonte de honorários em 31 de dezembro de 2017.

Penhoras e cauções – Valores cativados pelos Tribunais a aguardar decisão/resolução dos processos de indemnizações de acidentes de trabalho.

Juros vincendos – Juros pagos no momento da aquisição de investimentos financeiros que serão recebidos na data de vencimento.

Depósitos por identificar – São depósitos em conta, que ainda não foi identificada a origem.

Direção Geral do Tesouro – Contraordenações e coimas cujos montantes revertem em 60% para o Estado. O saldo corresponde aos recebimentos em dezembro que foi transferido em 2019.

3.4 Transferências e subsídios

3.4.1 - Transferências e subsídios concedidos

Euro									
Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas (7) = (5) - (6)	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício (8)	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)		(9)	
Transferências correntes									
04.02.02 - Companhias de seguros e fundos de pensões	Lei 100/97, 13 setembro, Lei 98/2009, 4 setembro, DL142/99,30 abril, DL 185/2007,10 maio	Reembolso às empresas de seguros das atualizações anuais das pensões de acidentes de trabalho	Empresas de seguros	37 000 000	29 988 883	29 988 883	-	-	
04.08.02 AO 00 - Estágios Profissionais	Decreto - Lei nº 66/2011, de 01 de junho - Bolsa de estágio profissionalizante	Estágios profissionais na AP	Famílias	7 200	-	-	-	-	
04.08.02 BO 00 - Outras famílias	Lei 100/97, 13 setembro, Lei 98/2009, 4 setembro, DL142/99,30 abril, DL 185/2007,10 maio	Pagamento das prestações devidas por acidentes de trabalho da responsabilidade de entidades empregadoras em situação de incapacidade económica e sem seguro de acidentes de trabalho	Sinistrados e beneficiários em caso de morte do sinistrado	13 880 000	9 482 498	9 482 498		20 165	
Total transferências correntes	-	-	-	50 887 200	39 471 381	39 471 381	-	20 165	
Transferências de capital									
Total transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios									
Total subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	

3.4.2 – Transferência e subsídios recebidos

Euros								
Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Transferências correntes								
06.01.02 - Privadas - reembolsos	Lei 100/97, 13 setembro, Lei 98/2009, 4 setembro, DL142/99, 30 abril, DL 185/2007, 10 maio	Recuperação de créditos relativos a reembolsos de prestações pagas pelo FAT em acidentes de trabalho	Entidades empregadoras e/ou outras entidades terceiras responsáveis pelo acidente	777 000	776 480	520	-	-
06.01.02 - Privadas - reversões	Lei 100/97, 13 setembro, Lei 98/2009, 4 setembro	Indemnizações por acidente de trabalho em caso de morte do sinistrado e ausência de beneficiários	Empresas de seguros e/ou entidades empregadoras	873 000	865 192	7 808	-	-
Total transferências correntes	-	-	-	1 650 000	1 641 672	8 328	-	-
Transferências de capital								
Total transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios								
Total subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-

3.5 Outras Divulgações

O FAT tem personalidade judiciária e tributária mas não tem jurídica pelo que não faz contratação administrativa.

Atendendo à sua atividade, explicitada anteriormente, o FAT não tem implementado um sistema de contabilidade de gestão.

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vice-Presidente)

(Vogal)



ASF

Autoridade de Supervisão
de Seguros e Fundos de Pensões

Av. da República, n.º 76, 1600-205 Lisboa

Tel.: (+351) 21 790 31 00

asf@asf.com.pt

www.asf.com.pt